Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e exploração da força de trabalho

A INFLUÊNCIA DO NEOCONSERVADORISMO NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CHERLIA VIEIRA DA SILVA[1]

MARILENE FIGUEIREDO ALVES[2]

RESUMO

Este artigo tem por objetivo trazer uma reflexão sobre a influência do neoconservadorismo na prática profissional do assistente social. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica em artigos científicos publicados por autores do Serviço Social. Os resultados reforçam a importância de analisar os desafios colocados ao Serviço Social na realidade política neoconservadora estudando os impactos vividos na profissão. Consideramos que a produção deste artigo trará contribuições importantes para a profissão com reflexões necessárias para um fazer profissional mais crítico e propositivo.

Palavras-chave: Serviço Social; Neoconservadorismo; Neoliberalismo.

ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on the influence of neo-conservatism on the professional practice of social workers. The method used was bibliographical research into scientific articles published by authors in the field of Social Work. The results reinforce the importance of analyzing the challenges posed to Social Work in the neoconservative political reality by studying the impacts experienced by the profession. We believe that the production of this article will bring important contributions to the profession with the necessary reflections for a more critical and purposeful professional practice.

Keywords: Social Work; Neoconservatism; Neoliberalism.

[1] Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana
[2] Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana

1 INTRODUÇÃO

Fundamentos teóricos

Primeiramente é importante entender que o conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contra movimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras. Edmund Burke (1729-1797), considerado um dos fundadores do conservadorismo com a publicação de sua obra *Reflexões sobre a Revolução em França* em 1790, marca o início do debate sobre o Pensamento Conservador. O conservadorismo moderno é, pelo menos em sua forma filosófica, produto da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Em 1830 o conservadorismo começa a fazer parte do discurso político europeu, trabalhando os temas essenciais como a importância do feudalismo e de outras estruturas históricas como a família patriarcal, a comunidade local, a Igreja, as associações e a região. É importante assinalar que Burke era irlandês, anglicano e ligado à aristocracia da terra, defendia valores religiosos para a vida social, a recristianização da sociedade, a pureza da fé, a defesa da propriedade privada e a autoridade. Seu pensamento combate o iluminismo e vai influenciar o pensamento sociológico, presente em autores como Auguste Comte (1798-1857), Pierre Frédérick Le Play (1806-1882) e especialmente em Émile Durkheim (1858-1917) onde está presente o mais importante elo entre o conservadorismo e o estudo do comportamento humano.

Burke, filósofo e político, não escreveu nenhuma obra sobre Teoria Política. Seus pensamentos foram expostos em cartas, discursos e panfletos. Em sua obra existe uma fascinação pela Idade Média e pelo Código Feudal da cavalaria. Burke buscava inspiração na perfeição dos grandes senhores e na religião. Os valores como comunidade, autoridade, hierarquia, parentesco surgem de sua ênfase na defesa do passado. O passado é visto como terra firme para os conservadores, o poder democrático é instável e o pensamento conservador é restaurador, preservador e reforça a autoridade moral.

No século XIX, as tendências conservadoras orientadas principalmente por princípios religiosos apelavam às tradições que tinham sustentado a Europa por mais de mil anos, e o conservadorismo joga contra ao avanço do projeto modernizador de sociedade como uma forma de pensamento anti-iluminista, portanto, contrário à razão, embora consciente e reflexivo desde o princípio, na medida em que surge como um contra movimento em oposição ao movimento progressista, altamente organizado, coerente e sistemático. Mas, a trajetória desse pensamento, apresenta múltiplas faces e formas de expressão até chegar a nosso tempo como

ultrarreacionário. Como se compatibilizaram crescentemente Conservadorismo e Capitalismo? (Yazbek, 2020, p. 301).

Nesse sentido, o conservadorismo não significa apenas a pertinência de ideias presentes na herança intelectual do século XIX, mas de ideias que atualizadas se transformaram em bases de manutenção da ordem capitalista. Esse rapto, que expressa a disputa de projetos que emergem com a sociedade capitalista, obscurece suas contradições e busca encobrir suas desigualdades (Yazbek, 2020, p. 302).

Os conservadores vão se posicionar especificamente contra um dos dois projetos presentes na Revolução Francesa, aquele que defende a emancipação humana. Após a Revolução de 1848, vão se aliar aos que defendem a manutenção da ordem capitalista, uma vez que defender a propriedade privada está de acordo com os seu principal interesse. Nesse sentido o conservadorismo é um “fenômeno multiforme que cumpre funções distintas na pauta da luta de classes” (Rodrigues, 2020 *apud* Yazbek, 2020, p. 302).

Segundo analisa Netto (2011, p.16) o conservadorismo contemporâneo tem suas raízes no conservadorismo “clássico” e o conhecimento do “clássico” é fundamental para a crítica do contemporâneo. A autora nos alerta que o conservadorismo contemporâneo apresenta traços inúmeros e diferentes do conservadorismo do século XIX e que sua característica mais imediata consiste em que ele não se apresenta como conservadorismo e com isso, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores.

2 DESENVOLVIMENTO

Serviço Social e suas diversas expressões

As ciências sociais nasceram e se desenvolveram no berço e no marco do conservadorismo. É necessário erradicar a falsa visão das ciências sociais como críticas progressivas da sociedade. Netto (2011, p. 17) afirma que as ciências sociais operaram historicamente como suporte teórico-metodológicos da sociedade burguesa e que o componente crítico sempre foi residual e levado ao extremo nesses tempos conservadores.

A autora ainda observa que no Serviço Social também rebate com força o conservadorismo de novo tipo, onde o recurso à história é um instrumento fundamental para compreender a profissão juntamente com a análise do conservadorismo clássico.

Todas as indicações bibliográficas, sugerem que, no Brasil, um interesse sistemático pela história do Serviço Social decorreu dos impactos causados no campo profissional pelo Movimento

de Reconceituação que constitui “o capítulo mais relevante da história do Serviço Social latino-americano” (Ander-Egg, 1984, p.13 *apud* Netto, 2011, p. 19). Neste contexto podemos afirmar, segundo Netto (2011) que não significa que antes da Reconceituação, a preocupação com o registro de eventos, com a narração de experiências e até com periodização de processos de institucionalização profissional estivesse ausente, mas ao contrário, sabemos que uma das características do Serviço Social chamado tradicional foi o seu cuidado com a documentação. Entretanto, o acúmulo decorrente desse cuidado, não proporcionou um tratamento histórico da profissão. Os profissionais comprometidos com este Serviço Social “tradicional” quando se dispuseram ao trabalho histórico, não avançaram além do limite da crônica mais ingênua.

A autora vincula o Serviço Social “tradicional” aos interesses das classes dominantes, a sua legitimação prático-pedagógica da ordem burguesa, o seu papel disciplinador e “integrador” frente às classes e camadas subalternas, a sua funcionalidade na reprodução do *status quo* e que foram à época os alvos prioritários dos intelectuais da Reconceituação.

A interlocução entre o Serviço Social e o pensamento marxista é fruto do Movimento de Reconceituação na América Latina. Foi a conjunção da crítica política-ideológica com a influência do marxismo, ainda que com suas limitações, que abriu caminho para o tratamento histórico do Serviço Social. Esta articulação com uma crítica superadora da Reconceituação ocorreu na segunda metade dos anos 70 no período conhecido como pós-reconceituação. O papel institucional exercido pelo Centro Latino-Americano de Serviço Social - CELATS foi fundamental no espírito crítico, na continuidade da inspiração polêmica e contestadora da Reconceituação.

Muitos autores do Serviço Social mencionam a emergência de uma “reatualização do conservadorismo” ou de um “neoconservadorismo” seja enfrentando a conjuntura sociopolítica sinalizada pela reestruturação produtiva e pela ofensiva neoliberal, seja elaborando prospecções acerca do futuro imediato do Serviço Social no Brasil.

Yazbek (2020) traz a crítica de que é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado, pela mediação das políticas sociais, constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões.

A autora ainda nos convida à reflexão de que o caráter histórico e político do Serviço Social resulta de relações sociais, econômicas, políticas, culturais que moldam sua necessidade social, suas características e definem seus usuários, partindo da posição de que a profissão é

uma construção histórica e contextualizada, situada nos processos de reprodução social da sociedade capitalista e sendo objeto de múltiplas determinações historicamente processadas.

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade, ainda segundo Yazbek, 2020, p. 295:

> é um "processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação.

Sabemos, pela nossa história, que tivemos fortes marcas de fundamentos doutrinários, positivistas e sabemos também que o pensamento conservador desde sempre nos persegue, nos engendra, de múltiplas formas. Suas marcas penetram o modo capitalista de pensar, de modo global e especialmente a cultura política brasileira, as políticas sociais, nossos âmbitos de trabalho, e a própria vida das classes subalternas, com as quais trabalhamos cotidianamente. Como nas palavras novamente de Yazbek que nos convida a pensar que este "processo que não se dá sem resistências, pois sabemos também que, nas últimas três décadas, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto, para a profissão, sob a direção do pensamento marxiano e da tradição marxista, com múltiplas faces". E, estas referências são os norteadores para o enfrentamento da ofensiva conservadora colocada, nessa difícil conjuntura.

Conforme nos alerta Yazbek (2020), "os indicadores de desigualdade estrutural do Brasil, agravados pelo contexto da pandemia da COVID-19, evidenciaram um quadro devastador da questão social, assim como no mundo global e especialmente na América Latina". No relatório de desenvolvimento humano de dezembro 2019, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a América Latina foi apontada como a região do mundo com a maior desigualdade de renda e o Brasil como o 7º país mais desigual do mundo.

O desassalariamento cada vez mais ampliado, evidencia o crescimento da informalidade e de ocupações por conta própria e em sua pior face, o aumento crescente do desemprego. São tempos difíceis onde se entrecruzam com a crise estrutural do capital, compondo uma totalidade de outras crises e um aprofundamento da exploração do trabalho, como lembra Raichelis (2018, p. 51 *apud* Yazbek, 2020, p.297):

> Aprofunda-se a tendência do capital de redução do número de trabalhadores contratados, gerando economia de trabalho vivo [...] amplia-se o desemprego estrutural além da precarização e deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido, que se agravam ainda mais se considerando os recortes de gênero, geração, raça e etnia.

Cabe reforçar ainda, que fazendo uma análise crítica da 'questão social' no tempo presente exige que sejam lembrados os processos de formação do nosso país, desde a

colonização, ou seja, um empreendimento mercantil, que caminhou na direção de uma economia composta de senhores e escravos. “O par senhor-escravo assentou as bases de uma estrutura social bipolar, que formou a maior parte da nação. A casa grande e a senzala são o brasão dessa sociedade” (Oliveira, 2018, p. 29 *apud* Yazbek, 2020, p. 298).

Desse modo é fundamental não esquecer que o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixou, sem dúvida suas marcas na história do país e implantou bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo dependente na periferia em tempos mais recentes, bem como as características próprias da questão social brasileira, conforme relata Yazbek (2018, p. 90).

Um traço característico da formação social do país, é a conjugação do “avanço” com o “atraso” assegurando desde sempre sucesso para a dominação burguesa.

É necessário compreender e decifrar o ataque realizado pelo capital contra a política com o objetivo de desqualificar e despolitizar colocando em xeque os sentidos de sua existência. Concluímos que este ataque do capital contra as políticas sociais demonstra que não interessa a esse “capital manter políticas sociais organizadas e financiadas pelo Estado” (Marques, 2018, p. 110 *apud* Yazbek, 2020, p.).

Desse modo, podemos entender que o avanço do capital financeiro sobre as políticas sociais é uma característica do capitalismo global contemporâneo, que, aliada ao novo padrão de acumulação caracterizado pela flexibilização produtiva, com sua nova morfologia do mundo do trabalho - desemprego, redução de salários e precarização do trabalho e ausência de direitos, tem como resultado a ampliação de situações de trabalho desprotegido, aumento da pobreza e desmonte da proteção social.

Nesse âmbito, vivemos tempos de ofensiva conservadora, de avanço do irracionalismo, do obscurantismo de ameaças à democracia e de redução dos direitos, tempos de regressão conservadora que se expressa no avanço da defesa das instituições tradicionais, na naturalização da desigualdade, no acirramento dos preconceitos, no racismo, no feminicídio, na homofobia e na criminalização dos movimentos sociais, entre outros aspectos. Trata-se de um contexto de ascensão global, ao poder de forças conservadoras por toda parte, com altíssimo teor de violência e barbárie, que nos lembram, para ficarmos apenas no século XX, os anos 1930 que antecederam a Segunda Guerra Mundial e os anos mais recentes de regimes ditatoriais militares da América do Sul. [...] “É como se tais forças jamais tivessem desparecido de fato, mas apenas feito um recuo

estratégico temporário à espreita de condições favoráveis para sua volta triunfal" (Rolnik, 2018 *apud* Yazbek, 2020, p.299). E ainda podemos analisar que:

> A torpe subjetividade destes neoconservadores é arraigadamente classista e racista, para não dizer colonial e escravocrata, o que os leva a querer cumprir este papel, sem qualquer barreira ética e numa velocidade vertiginosa. Quando nem bem nos damos conta de uma de suas tacadas, uma outra já está em vias de acontecer (Rolnik, 2018).

Em sua função ideológica, o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes — no caso brasileiro —, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo, conforme analisa Barroco (2015, p. 624).

Barroco (2015) ainda descreve que o neoconservadorismo se apresenta, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.

Em sua análise, Barroco (2015, p. 625) nos afirma que:

> as críticas dos neoconservadores ao Welfare State são justificadas em termos morais, ou seja, remetidas à desestruturação da família e dos valores tradicionais. Portanto, o apelo à ordem é duplamente conservador: primeiro, por evidenciar um dos valores fundamentais do neoconservadorismo; segundo, porque sua forma de objetivação é moralista, ou seja, moraliza as expressões da questão social, ao tratá-las como resultantes de "problemas" de ordem moral. Esse apelo moralista é facilitado pela reificação das relações sociais e pelo irracionalismo, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização.

A década dos anos de 1990, marcou a sociedade brasileira pela cultura da violência e do medo social. Surgem novas formas de violência econômica e extraeconômica, de agravamento das expressões da questão social e da criminalidade criando um clima social de insegurança generalizada, facilitador de apelos à ordem e à repressão. Surge uma insegurança concreta determinada pelo desemprego e pela degradação da vida social e do trabalho e uma insegurança subjetiva alimentada "pela convicção de que o crime e a brutalidade são inevitáveis" (Costa, 1990, p. 83-85 *apud* Barroco, 2015, p. 626).

Com o avanço da crise capitalista e o aprofundamento das medidas neoliberais, são instituídas novas formas de controle social com o objetivo de enfrentar as tensões sociais. Esta crise passa a ser gestada pelo Estado brasileiro em suas funções de articulação entre consenso e coerção através de programas sociais compensatórios e da institucionalização da repressão armada. Podemos lembrar aqui o Programa Social, "Auxílio Brasil" criado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e que teve seus objetivos totalmente distorcidos na reta final de seu

governo. Era um programa de caráter compensatório e que foi utilizado eleitoralmente como tentativa de reverter os resultados nas urnas.

As expressões da questão social foram por muito tempo tratadas como caso de polícia e enfrentadas com estratégias de guerra permanente e apontando para “a construção de uma nova hierarquia moral monstruosamente simplificadora do universo social como uma luta entre fortes e fracos” (Costa, 1990, p. 83-85 *apud* Barroco, 2015, p. 627).

Assim, o Brasil não tem guerras civis oficialmente declaradas. No entanto, segundo Brito, Villar e Blank, “as mortes em massa por homicídio ultrapassam, em termos de média anual, o somatório de mortes dos doze maiores conflitos armados do mundo” (Brito, Villar e Blank, 2013, p. 216-217 *apud* Barroco, 2015, p. 628).

Essa guerra não declarada tem nome e endereço atingindo de formas variadas os jovens da periferia, os negros, as mulheres, os moradores de rua, os trabalhadores pobres, os grupos e sujeitos “fora” da ordem, da lei, dos costumes, do mercado de trabalho, do consumo, do pensamento dominante. Configura-se, assim, o “Estado policial dentro do Estado democrático” (Brito, Villar e Blank, 2013 *apud* Barroco, 2015, p. 628) com a colaboração da mídia e a legitimação ou omissão de parte da sociedade, implantando o terror em nome da ordem e fortalecendo o processo de “bopização” da sociedade.

A militarização da vida cotidiana, seja na ocupação de favelas, na desocupação de áreas de moradia no campo e na cidade, no extermínio de indivíduos e grupos sociais, na defesa ideológica do armamento e do aprisionamento em massa, atende a interesses econômicos e políticos das elites nacionais e internacionais. Além de visar o controle social, participa do processo de acumulação capitalista, favorecendo interesses de latifundiários, de indústrias de armamento e de segurança, de investimentos imobiliários, eliminando a população sobrante para o capital, disciplinando a força de trabalho para o mercado informal (Brito, Villar e Blank, 2013) e aplacando a ira insana das forças neoconservadoras e reacionárias armadas (Barroco, 2015, p. 629). Novamente lembramos aqui da política adotada pelo Governo Jair Bolsonaro (2019-2022) de incentivo ao armamento, facilitando o acesso da população às armas, abrandando as exigências para a posse e o porte, aumentando a quantidade de armas e munições que o cidadão podia possuir, liberando o comércio de armas antes restritas às forças de segurança pública e dificultando a fiscalização e o rastreio de balas.

A ofensiva neoconservadora atinge diferentes dimensões da realidade, contando com grande chance de incorporação por atividades sociais que prescindem da razão em decorrência

da crença em dogmas, a exemplo das religiões. Nesse sentido, quando se trata de avaliar questões que remetem a valores morais, os neoconservadores são moralistas, ou seja, intolerantes, preconceituosos e, no limite, fundamentalistas. (Barroco, 2015, p. 631). Esta questão religiosa foi marcadamente presente no governo de Jair Bolsonaro, criando um ambiente conflituoso e rompendo com o princípio do Estado laico e a neutralidade em assuntos voltados à religião. A influência das religiões cristãs em assuntos de Estado foram responsáveis por diversas concessões e agrados a esta parte do eleitorado, moldando a agenda política do país conforme princípios religiosos.

Além disso, temos as discussões atuais de pautas fortemente polemizadas como a descriminalização do porte de maconha para os usuários e do aborto para a gestante com até doze semanas que estão tanto no Congresso Nacional quanto no Supremo Tribunal Federal trazendo à tona importantes realidades que a ala conservadora insiste em não reconhecer como essenciais para a sociedade brasileira. A visão dos conservadores para esta questão reforça uma tendência cada vez maior de ideias e propostas que vão contra a necessidade real e diária de tantos brasileiros e brasileiras que vivem à margem dos direitos fundamentais à vida e à liberdade. Discutir estes temas são totalmente dispensáveis, na visão do setores conservadores de nosso país. A negação da necessidade da discussão e do reconhecimento destas pautas como vitais para a sociedade brasileira, só vem aumentando os casos dos mais variados tipos de preconceitos, de feminicídios, de homofobia e de violência contra os grupos mais vulneráveis de nossa sociedade.

Uma outra situação que ilustra bem a pauta conservadora foi a Reforma Trabalhista de 2017 que impactou negativamente a vida de trabalhadores e trabalhadoras em todo país através de um conjunto de novas regras criadas pelo governo brasileiro para atualizar e reformular a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com o argumento de modernizar as relações de trabalho e estimular a economia, constatamos na prática, resultados muito ruins como a precarização e a piora da inserção no mercado de trabalho. O governo também alegava que a reforma traria mais empregos, porém o que vimos foi a criação de postos de trabalho em condições cada vez mais fragilizadas e a diminuição da oferta de emprego. Como exemplos temos o surgimento de novos modelos de trabalho criados a partir de plataformas digitais, como Uber e iFood. Apesar de prometer flexibilidade, autonomia e ganhos financeiros, as plataformas geraram a precarização dos trabalhadores, que não têm direitos trabalhistas e acesso a seguros, convênios e proteção aos riscos associados à profissão, como acidentes, já que não há vínculo

empregatício. São os fenômenos atualmente conhecidos como “uberização” e “ifoodização” e que vem gerando a insegurança das relações de trabalho e o adoecimento de uma geração que não possui outra alternativa para sua sobrevivência, além de se submeter a essa realidade tão brutal.

3 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Qual caminho escolher?

Neste contexto, o Serviço Social muitas das vezes é chamado para no exercício profissional, desempenhar tarefas policialescas, nas desocupações truculentas de áreas de moradia, no deslocamento de moradores de rua e usuários de droga para lugar nenhum, na censura e no controle dos usuários, em especial nas instituições tradicionalmente conservadoras que envolvem de forma direta a moral e a família, conforme relata Barroco (2015, p. 633).

O interesse maior, oculto no assédio moral exercido sobre a profissão, segundo Barroco (2015, p. 634) é que ela execute tarefas contrárias ao Código de Ética Profissional e às suas atribuições legais e que seja coadjuvante desse moralismo punitivo no enfrentamento das expressões da questão social, como já foi em outros tempos e que mais uma vez o Serviço Social se adeque a essa missão restauradora da lei e da ordem social.

Mas, muitas vezes, o comportamento policialesco do assistente social não é demandado pela instituição. Infelizmente, o próprio profissional escolhe esse tipo de comportamento, em função de sua orientação conservadora, objetivando o controle da vida dos usuários, o cerceamento de suas escolhas, o impedimento dos seus direitos baseado em avaliações moralistas, na adoção de critérios de elegibilidade pautados em preconceitos e discriminações. Segundo ainda Barroco (2015, p. 634) isso é bastante comum nos espaços em que o assistente social participa de decisões relativas à família e em situações que expõem comportamentos que fogem aos padrões tradicionais, a exemplo da adoção de crianças por casais homoafetivos.

Uma reflexão feita por Barroco (2015, p. 634) e que deve ser realizada por nós, todos os dias é o entendimento de que :

> O conservadorismo percorre nossa trajetória profissional. A questão é saber em que medida ele está sendo superado no processo de construção do projeto ético-político profissional direcionado à ruptura com o conservadorismo, construção que já dura mais de trinta anos. A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários.
>
> A hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro depende do fortalecimento e do alargamento dos avanços e conquistas democráticas da categoria e da base social que orienta a direção política da nossa intervenção: as forças sociais que lutam pela emancipação articuladas aos trabalhadores e às lutas sociais. Trata-se, assim, de enfrentamentos em busca de um acúmulo de forças que caminham no interior da profissão e na sociedade.

A questão principal é que não podemos eliminar o conservadorismo de forma absoluta porque suas raízes estão além da profissão. Mas, profissionalmente, podemos lutar aprofundando a sua crítica, criando formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência, recusando seus apelos moralistas, denunciando suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia. Essas ações só ganham densidade e força se forem coletivamente discutidas e organizadas, se forem conscientemente objetivadas como ações políticas. A nossa luta é diária e constante!

O neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo. Do conservadorismo clássico, preservaram a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal. Do neoliberalismo, conservaram a não interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo, o combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais.

Combatendo o racionalismo, o coletivismo, o socialismo e o marxismo, o neoconservadorismo nega a viabilidade de projetos societários universais, considerando que as promessas de liberdade e igualdade irrestrita conduzem ao totalitarismo. É a visão de mundo distorcida e defendida pelos ideiais conservadores.

Para que a sociedade funcione de forma estável, os conservadores defendem a garantia da ordem e o funcionamento das instituições fundadas na tradição e na autoridade constituída. Assim, Barroco (2022, p.14) novamente nos coloca que a moral desempenha uma função de destaque na reprodução dos valores e da tradição, seja na socialização dos indivíduos, pela família, seja na manutenção da ordem espiritual, pelas religiões.

A extrema-direita mundial está unida em torno de algumas premissas: o nacionalismo e o patriotismo; o resgate de tradições; o anticomunismo e o antissemitismo; o racismo e a xenofobia contra imigrantes e minorias. Barroco (2013 *apud* Barroco, 2022, p.14) nos mostra que a vida cotidiana é marcada por uma sociabilidade cindida entre “nós e eles”, com a exaltação da família patriarcal e de seus valores, como a autoridade do pai; com a defesa da lei e da ordem; o anti-intelectualismo; a desarticulação do bem-estar público; a exclusão de grupos sociais minoritários e sua desumanização e/ou extermínio.

A defesa da ordem e da lei é um valor fundamental para os conservadores e neoconservadores e

> Historicamente, a ordem é tanto definida em função da “desordem” política causada pela luta de classes, pelas greves, pela recusa da dominação, como em termos morais, em

> função da defesa da família patriarcal, ante as "desordens" causadas por novas formas de relação afetiva, de orientação sexual, de ruptura com valores tradicionais etc. (Barroco, 2022, p.18-19).

Embora essas características apontem para uma ideologia neoconservadora e neofascista e para práticas de extrema-direita, sua penetração na sociedade atinge setores não necessariamente articulados com essas tendências, especialmente a ideologia do "nós e eles". Numa sociedade de raízes racistas fincadas na herança colonial escravocrata e na cultura patriarcal, esse éthos está inserido na estrutura da sociedade, reproduzindo-se em níveis diversos na vida cotidiana, inclusive nas relações de trabalho nas quais atuamos como assistentes sociais (Barroco, 2022, p.20).

No entanto, os dados apresentados configuram uma realidade social que é movida por contradições e processos de negação. Assim, há resistências e oposições a esse contexto, há processos de contra-hegemonia em curso na sociedade. É necessário avançar na organização política das esquerdas e das forças progressistas, na defesa da vida, da natureza, da democracia e dos direitos humanos. Nesse sentido, a agenda dos direitos humanos que aponta para as conquistas potencialmente emancipatórias deve ser apropriada como uma plataforma de resistência ao retrocesso e de retomada lenta do acúmulo de forças, na direção de uma sociedade emancipada e livre (Trindade, 2011 *apud* Barroco, 2022, p.20).

Atualmente, com o avanço da "nova direita" no plano internacional e também no Brasil com a sua moral familista e religiosa, chegamos a um tempo de crescimento do conservadorismo de traços fascistas, expresso no individualismo competitivo exacerbado, preconceituoso, pressionado pelo consumo e que vive com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes. O resultado é o avanço do conservadorismo e da ofensiva reacionária. O conservadorismo é imprescindível para o capitalismo financeiro global (Yazbek, 2020, p. 302).

De outro lado, para o Serviço Social essa ofensiva conservadora que confronta a cultura profissional no âmbito de seu projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo e a nova sociabilidade capitalista, coloca-se como questão de grande tensionamento, pois se trata, para nós profissionais do Serviço Social, de uma interlocução com o adverso. Yazbek (2020, p. 303-304) nos provoca com os questionamentos: como lutar por outra ordem societária, por um mundo melhor, pela liberdade, pela equidade, pela justiça, pela construção de direitos, contra práticas racistas, homofóbicas, contra o feminicídio, contra o genocídio da população negra, entre outras aspectos, nesse contexto? Como levar adiante este embate desigual? Luta que só se luta no coletivo – um traço dessa nossa história..., mas que deve ser de cada um, todos os dias, em todas as circunstâncias.

Os desafios apresentados são enormes, imensuráveis e permeiam múltiplas dimensões de nosso cotidiano e eles se configuram no âmbito da luta pelo reconhecimento público e a construção dos direitos sociais da população com a qual trabalhamos. E nesse âmbito que devemos localizar o significado contraditório de nosso trabalho profissional, especialmente na gestão e operacionalização de políticas sociais: na disputa pelos sentidos da sociedade; na luta contra o desmanche de direitos cuja regulação vai passando para espaços do mundo privado; na construção de parâmetros capazes de deter a privatização do público e a destruição da política; e na perspectiva de construir a hegemonia dos interesses das classes que vivem do trabalho em nossa sociedade. E o papel que a política social pode e deve construir, é de não apenas minimizar os impactos destas transformações, mas trabalhar na construção de direitos sociais robustos e capazes de modificar a vida das pessoas.

Em síntese, de modo geral a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir direitos e outras mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Seja no tempo miúdo do cotidiano, por dentro dos espaços institucionais onde atuamos, politizando nossas iniciativas, buscando novas práticas, buscando espaços a ocupar como conselhos e fóruns, considerando as variadas lutas e propostas de resistência. Seja no apoio às resistências cotidianas das classes subalternas em suas lutas em nossa sociedade, expressando que profissionalmente caminhamos junto aos nossos usuários.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 201

BARROCO, M. L. S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022

NETTO, L. E. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 293-306, jul. / dez. 2020.